



Projeto de Resolução nº 004/2025

Parecer Jurídico nº 015/2025

**PARECER JURÍDICO**

ALTERA NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA, RESOLUÇÃO 04/1994, AS COMISSÕES PERMANENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Trata-se do Projeto de Resolução nº 003/2025, de autoria da Mesa Diretora que "ALTERA NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA, RESOLUÇÃO 04/1994, AS COMISSÕES PERMANENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Os Nobres Vereadores aduzem que:

"Tal propositura a correção do quantitativo das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São Miguel do Araguaia, vez que por meio da Resolução nº 003/2025 foi suprimida erroneamente a Comissão de Agropecuária e Agronegócio e revoga o art. 51-D, que acerca da competência da comissão de Turismo, que fora incorporada por meio do art. 51-A.".

Pois bem.

A proposta é de competência do Legislativo Municipal, nos termos do artigo 182 do Regimento Interno desta Casa. Vejamos:

*"Art.182 - Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre a Secretaria da Câmara, a Mesa e os Vereadores.*

*§ 1º. - Constitui matéria de Projeto de Resolução:*

*III - elaboração e reforma do Regimento Interno;*



*V - constituição de Comissões de Assuntos Relevantes e de Representação;*

*VI - organização dos serviços administrativos;*

*VII - demais atos de economia interna da Câmara.*

*§ 2º. - A iniciativa dos projetos de resolução poderá ser da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores.*

*§ 3º. - Os projetos de resolução serão apreciados na sessão subsequente à de sua apresentação.*

*§ 4º. - Constituirá Resolução, a ser expedida pelo Presidente da Câmara, o ato relativo à cassação do mandato de Vereador.*

*Art.183 - É da competência exclusiva dos membros da mesa da Câmara a iniciativa de projetos que disponham sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação."*

*Portanto, a iniciativa do presente projeto de resolução está correta.*

*Desta feita, entendemos que o Projeto de Resolução em exame está em plena consonância com a legislação pertinente à matéria, restando aos nobres Edis analisar o mérito da questão, apreciando a operação em comento com as cautelas de praxe.*

*É o parecer, salvo melhor juízo.*

*São Miguel do Araguaia – GO, 25 de fevereiro de 2025.*

**Mayone Ferreira de Sá**  
Procurador Legislativo  
Ato 013/2013